



PERCEPÇÃO AMBIENTAL

sobre a implantação de unidades de conservação: estudo de caso na Orla de Itajaí, SC

Leticia Zorzi Rama¹
Hanna Carolina Cordeiro²
Katiuscia Wilhelm Kangerski³
Rosemeri Carvalho Marenzi⁴

RESUMO

A criação de Unidades de Conservação (UCs) é uma ferramenta para a proteção das áreas de interesse ecológico e cultural. Itajaí (SC) possui seis unidades de conservação e outras duas estão sendo criadas. Foi realizado diagnóstico para criação destas duas UCs, uma Área de Proteção Ambiental (APA) e um Parque Natural, na região da orla. Entre os levantamentos do diagnóstico, foi realizada a análise de percepção sobre a implantação das UCs. O presente trabalho teve como objetivo analisar o perfil socioeconômico e a percepção ambiental de 235 atores sociais, entre moradores da região da orla, frequentadores das praias, turistas, pescadores artesanais, empreendedores, comerciantes, representantes de instituições públicas, de ensino e pesquisa e organizações não governamentais do município. Os dados foram obtidos a partir de entrevistas, baseadas em um roteiro semiestruturado juntamente com a técnica de mapa mental. Observou-se certo grau de apego e pertencimento ao local. A natureza e a paisagem são os aspectos que mais causam bem-estar aos entrevistados. Quanto aos benefícios da implantação das UCs, houve certa compreensão de que a criação das UCs contribuirá para um crescimento urbano ordenado. Porém, a preservação e a conservação da natureza destacaram-se nas respostas. O estudo demonstrou que tais atores sociais têm senso crítico sobre o processo e consideram importante a manutenção ecológica das áreas naturais e as em processo de urbanização.

Palavras-chave: Unidades de Conservação; Área de Proteção Ambiental; Parque Natural; Percepção Ambiental; Gestão participativa.

¹ Universidade do Vale do Itajaí (graduação em biologia – UNIVALI).

² Graduação em engenharia ambiental e sanitária - Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

³ Mestrado profissional em gestão de políticas públicas - Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI.

⁴ Doutorado em engenharia florestal – UFPR

PERCEPCIÓN AMBIENTAL sobre la implantación de unidades de conservación: estudio de caso en la orilla de Itajaí, SC

RESUMEN

La creación de Unidades de Conservación (UCs) es una herramienta para la protección de las áreas de interés ecológico y cultural. Itajaí (SC) tiene seis unidades de conservación y otras dos están siendo creadas. Se realizó un diagnóstico para la creación de estas dos UCs, una Área de Protección Ambiental (APA) y un Parque Natural, en la región de la orilla. Entre los levantamientos del diagnóstico, se realizó el análisis de percepción sobre la implantación de las UCs. El presente trabajo tuvo como objetivo analizar el perfil socioeconómico y la percepción ambiental de 235 actores sociales, entre moradores de la región de la orilla, frecuentadores de las playas, turistas, pescadores artesanales, emprendedores, comerciantes, representantes de instituciones públicas, de enseñanza e investigación y organizaciones no gubernamentales del municipio. Los datos fueron obtenidos a partir de entrevistas, basadas en un itinerario semiestructurado junto con la técnica de mapa mental. Se observó cierto grado de apego y pertenencia al local. La naturaleza y el paisaje son los aspectos que más causan bienestar a los entrevistados. En cuanto a los beneficios de la implantación de las UCs, hubo cierta comprensión de que la creación de las UCs contribuirá a un crecimiento urbano ordenado. Sin embargo, la preservación y la conservación de la naturaleza se destacaron en las respuestas. El estudio demostró que tales actores sociales tienen sentido crítico sobre el proceso y consideran importante el mantenimiento ecológico de las áreas naturales y las en proceso de urbanización.

Palabras clave: Unidades de conservación; Área de Protección Ambiental; Parque Natural; Percepción ambiental; gestión participativa.

ENVIRONMENTAL PERCEPTION on the implantation of conservation units: case-study of the Itajaí coast, SC.

ABSTRACT

The creation of Protect Areas (PA) is a tool for the protection of areas with relevant ecological and cultural values. Itajaí (SC) has six PAs and another two are in the process of being created. A diagnosis was performed for the creation of this two different categories of PAs, an Environmental Protected Area and a Natural Park, in the coastal region of the city of Itajaí, Southern Brazil. Among the findings of the diagnosis, the perception about the implantation of the PAs was analyzed. This paper aimed to delineate the socioeconomic profile and the environmental perception of 235 people, among goers, tourists, residents, fishermen, entrepreneurs and key actors from the region. The data were acquired from interviews, based in a semi structured script along with an satellite image of the area where the PAs are to be created. Some degree of attachment and belonging to the place was noticed. As for the benefits of the implementation of the PAs, exists understanding that they will contribute for an ordered urban grow. However, preservation and conservation nature featured in the answers. The study inferred that the subjects are critical about the process and consider important the ecological maintenance of the natural areas as well as those showing some degree of urbanization.

Keywords: Protected Areas; Environmental Protected Areas, Natural Park, Environmental Perception; Participatory Management.

1. INTRODUÇÃO

A zona costeira, com sua beleza cênica, variedade de ecossistemas e riquezas naturais, atrai diversas formas de ocupação e utilização dos seus recursos pela sociedade atual. Essa relação socioambiental provoca a transformação da paisagem natural para a urbana e, conseqüentemente, acarreta a perda da configuração paisagística, a fragmentação de habitats e a gradual extinção dos componentes bióticos. A descaracterização, induz, também, mudanças socioambientais, como a perda da qualidade de vida da população e da identidade cultural local.

A preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico propícios à vida, conciliados com o desenvolvimento socioeconômico são objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), devendo serem adotados mecanismos de proteção dos ecossistemas e de sua biodiversidade (Brasil, 1981). Um deles, é a criação de áreas protegidas, ou Unidades de Conservação (UCs), uma ferramenta mundialmente oferecida para este fim (CABRAL & SOUZA, 2002).

Unidades de Conservação são porções do território nacional, incluindo as águas territoriais, de domínio público ou privado, com características naturais de relevante valor, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração ao qual aplicam-se garantias especiais de proteção (BRASIL, 2000).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei Federal nº 9.985 de 2000, divide as categorias de UCs em dois grandes grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável. O primeiro visa a preservação da natureza, sendo permitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (Brasil, 2000). Já as de Uso Sustentável têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

Em Santa Catarina há diversas áreas municipais destinadas à conservação dos recursos naturais não enquadradas e reconhecidas pelo SNUC. Estudo realizado informa que o estado possui 163 áreas municipais protegidas, muitas das quais não são reconhecidas como categorias de UCs e não estão implantadas efetivamente, correspondendo a 65 UCs enquadradas e 98 não enquadradas no SNUC (Martins et al., 2015). Muitas unidades de conservação na região centro-norte catarinense não possuem delimitação, regularização fundiária ou infraestrutura para o alcance dos seus objetivos previstos, e as restantes, carecem de plano de manejo ou de conselho gestor (MARENZI ET AL, 2009).

No município de Itajaí (SC) há reflexos desta questão. Existem seis UC's, quatro de Proteção Integral e duas de Uso Sustentável, mas apenas o Parque Municipal Natural do Atalaia, criado em 2007, está devidamente implantado. Contudo, mobilizações ambientais reivindicando a implantação das UCs já criadas, bem como a criação de outras, especificamente na região da orla, incluindo a Praia Brava, são recorrentes.

Uma oportunidade de criação de uma APA e um Parque na Orla de Itajaí, incluindo a Praia Brava se deu por meio de um Termo de Acordo Judicial (TAJ) firmado entre o Ministério Público Estadual, a Prefeitura de Itajaí e um empreendedor do ramo da construção civil.

A criação de uma UC deve se dar a partir de estudo técnico, assim como o planejamento deve ser participativo de forma a evitar a exclusão dos diferentes segmentos sociais envolvidos direta ou indiretamente no processo de criação e implantação de Unidades de Conservação (BEDIN, 2013). O perfil socioeconômico raramente é considerado em estudos de unidades de conservação, contudo, o poder público tem a obrigação legal de consultar previamente a sociedade, com atenção especial aos habitantes locais, sobre toda proposta de criação de UCs, por meio de fóruns, estudos e pesquisas complementares, pois, somente com o amplo apoio de diferentes atores sociais, a manutenção e gestão eficiente destas áreas é possibilitada, gerando resultados em longo prazo (MMA, 2004).

O incentivo às populações locais e às organizações privadas a estabelecerem e adminis-

trarem UCs e a participação efetiva dos mesmos na criação, implantação e gestão destes espaços são diretrizes do SNUC (BRASIL, 2000). Neste cenário, bastante desafiador, uma ferramenta que tem sido bastante utilizada por gestores e organizações participantes é a pesquisa de percepção ambiental (FERNANDES ET AL., 2016).

Percepção vem do latim perceptio, cujo o significado é o ato de perceber, “formar mentalmente representações sobre objetos externos a partir de dados sensoriais” (GEERDINK & NEIMAN, p. 77, 2010). Por meio da pesquisa voltada à percepção ambiental é possível identificar a verdadeira relação existente entre o homem e a natureza e, dessa forma, elaborar uma importante base de dados para o planejamento e implementação de Educação Ambiental (EA) em UCs, por exemplo (TORRES & OLIVEIRA, 2008).

Vasco & Zakrzewski (2010) afirmam que as percepções das pessoas que moram no entorno de uma UC embasam o planejamento de programas efetivos de EA. Para os autores, a pesquisa e o estudo das visões, significados, interpretações e usos que a comunidade propõe para uma determinada UC permite planejar as atividades a serem desenvolvidas para aumentar a consciência de preservação sobre esses espaços.

2. OBJETIVO

Este trabalho teve como objetivo geral analisar a percepção ambiental dos atores sociais em relação à criação da APA da Orla de Itajaí e do Parque Natural Municipal Canto do Morcego. Para tanto, foi necessário conhecer o perfil socioeconômico dos atores sociais entrevistados.

2.1 Área de estudo

O presente estudo foi realizado em Itajaí (SC), especificamente na região que compreende a orla, situada entre o centro da cidade e o município de Balneário Camboriú. Itajaí, pertencendo ao litoral centro-norte de Santa Catarina, distancia-se 90 km ao norte da capital do estado, Florianópolis e 84 km ao sul de Joinville. Ocupa uma área territorial de 288,90 km².

Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010), a população de Itajaí é de 183.373 habitantes e sua densidade demográfica é de 636,11 hab./km². Entretanto, a estimativa populacional para 2017 foi de 212.615 mil habitantes. Os bairros que compreendem a região estudada são, Cabeçudas, Fazenda e Praia Brava. Juntos totalizam 20.894 habitantes, segundo o censo de 2010, o que representa pouco mais de 11% da população total da cidade.

2.2 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos que orientaram este estudo envolveram pesquisa bibliográfica e a realização de pesquisa de caráter quali-quantitativo, consistindo do uso de questionário com perguntas abertas e fechadas baseadas em um roteiro semiestruturado. As questões escolhidas com intuito de conhecer o perfil socioeconômico dos entrevistados foram: gênero, naturalidade, faixa etária, grau de escolaridade, profissão, renda familiar, dependência de renda extraída na região de estudo e há quanto tempo mora ou visita o local.

Para a análise de percepção sobre as Unidades de Conservação a serem implementadas, foi apresentado aos entrevistados um mapa impresso, em folha A4 (envolto em plástico) e canetas permanentes para que cada indivíduo propusesse uma delimitação para APA e para o Parque Natural Municipal. A seguir, era apresentada a proposta inicial de delimitação das UCs para os mesmos opinarem e justificarem sua opinião. Esta técnica, denominada mapa mental, é utilizada na análise de percepção, em virtude de ser uma forma de linguagem que reflete o espaço vivido e possibilita que o participante expresse sentimentos topofílicos (elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico) e topofóbicos (elo negativo entre uma pessoa e um lugar ou ambiente), representados em nuance cujos signos e símbolos são construções sociais (RICHTER, 2010).

Foram entrevistados 235 atores sociais, esses representados por moradores da região da orla, frequentadores das praias, turistas, pescadores artesanais, empreendedores, comerciantes, representantes de instituições públicas, de ensino e pesquisa e organizações não governamentais do município.

A técnica de amostragem escolhida inicialmente foi a aleatória simples, partindo-se de um universo amostral que representasse 10% da população da região. Posteriormente, aplicou-se a amostragem em bola de neve ou método de cadeia de referências. O processo começa a partir de um certo número de pessoas que fazem parte do público-alvo, as quais, por sua vez, são incumbidas a indicar, a partir de seus contatos, outros indivíduos para a amostra e isto se segue, sucessivamente, até o alcance do tamanho amostral desejado (DEWES, 2013).

Para a escolha do tratamento dos dados coletados levou-se em conta sua natureza quantitativa ou qualitativa, oriunda das perguntas fechadas e abertas. Na abordagem qualitativa, utilizou-se da análise de conteúdo. Consiste em uma técnica de análise das comunicações a partir do que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador, o qual busca classificar o material em temas ou categorias que auxiliem na compreensão do que está por trás dos discursos (SILVA & FOSSÁ, 2013). Já, para os resultados quantitativos, optou-se pela geração de gráficos, a partir da tabulação dos dados, utilizando o programa Microsoft Excel.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Perfil Socioeconômico

Os dados referentes ao perfil socioeconômico (Tabela 1) revelam que 41% representam o gênero feminino e 59% o masculino, portanto, bem distribuídos.

Tabela 1
Perfil socioeconômico dos entrevistados na região da Praia Brava, Cabeçudas e Fazenda da cidade de Itajaí, SC.

Orientação	Categorias	%	Orientação	Categorias	%
Naturalidade	Itajaí	30	Profissão	Estudante	13
	Outros municípios catarinenses	31		Profissional liberal	18
	Outros estados	37		Autônomo	08
	Estrangeiros	02		Empresário	05
Faixa Etária	18 – 30	21		Aposentado	05
	30 – 40	30		Funcionário público	04
	40 – 50	19		Serviços gerais	03
	50 – 60	19		Do lar	03
	60 – 70	08		Comerciante	03
	70 – 80	02		Área administrativa	03
	Outras	01	Outras	35	
Escolaridade	Ensino fundamental	07	Renda Familiar	Até 2 salários mínimos	06
	Ensino médio incompleto	03		2 a 5 salários mínimos	45
	Ensino médio	23		5 a 10 salários mínimos	22
	Curso técnico	01		11 a 20 salários mínimos	14
	Graduação incompleta	01		Mais de 20 salários mínimos	10
	Cursando graduação	09		Não soube informar	03
	Graduação	32		Dependência de Renda extraída da Região	Sim
	Pós-graduação	24	Não		65
Tempo que mora na região	Menos de 1 ano	05	Tempo que frequenta a região	Sem resposta	06
	Entre 1 e 5 anos	15		Primeira vez	15
	Entre 5 e 10 anos	13		Entre 1 e 5 anos	21
	Entre 10 e 20 anos	21		Entre 5 e 10 anos	26
	Entre 20 e 30 anos	15		Entre 10 e 20 anos	23
	Mais de 30 anos	15		Mais de 20 anos	15
	Outros bairros e/ou BC	02			
	Sem resposta	14			

Fonte: Elaborada pelas autoras.

O estudo desta variável traz maior complexidade no entendimento das percepções de uma população, em virtude das relações de poder entre homens e mulheres em muitas sociedades (RO-CHELEAU & EDMUNDS, 1997). Relações estas que estão em constante mudança, mas que ainda vinculam culturalmente o gênero masculino ao setor produtivo, relativo à produção de bens e serviços para o consumo ou a venda e, ao gênero feminino, o papel materno, reforçando os vínculos biológicos e é por eles reforçado, criando os significados simbólicos de proximidade da natureza (DI CIOMMO, 2007).

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2013), em 2010, a população itajaiense com mais de 25 anos, em sua maioria, possui ensino fundamental incompleto (36%). Um contraste é evidenciado, visto que os entrevistados com graduação são a maioria neste estudo (32%), seguidos daqueles que possuem pós-graduação (24%). Essas duas percentagens, juntamente com 9% que estão cursando graduação, indicam um nível de escolaridade considerável e somam 65%. Estes dados, ainda, reforçam o fato de que a maioria dos participantes não são nascidos no município, mas vindos de outros estados (37%).

Houve variedade nas ocupações encontradas, motivo este que “outros” foram representados por 35%. Com relação à renda familiar, a maioria recebe entre dois a cinco salários mínimos (45%).

Referente à dependência de renda ou de algum recurso extraído na região, como a pesca, entre os que responderam, 65% dos atores não depende de renda da região. Por outro lado, 29% dependem. Dentre os dependentes estão os comerciantes, donos de hotéis, pousadas, restaurantes, bares e alguns autônomos, como: manicure, marceneiro, jardineiro, instrutor de surf e pessoas que trabalham nos estabelecimentos na Praia Brava, Cabeçudas e bairro Fazenda.

Em sua maioria, os participantes residem na região há pelo menos cinco anos. O tempo de residência e familiaridade são condicionantes no sentimento de apego e pertencimento a um lugar (GIULIANI, 2004). O apego ao lugar, segundo Giuliani (2004) apud Lima & Bomfim (2009) demonstra-se quando pessoas sentem afeto, de diversas maneiras, pelos locais que nascem, acontecimentos que vivem e sujeitos com quem interagem, como também pelos outros que fazem parte destes locais.

Considerando os moradores entrevistados, a grande maioria reside no local há pelo menos um ano e há representatividade daqueles que moram, no mínimo, há cinco anos. Portanto, apesar de apenas 30% dos participantes terem nascido na cidade, o tempo de residência de muitos moradores garante que estes tenham vivido determinadas experiências estimuladoras ao pertencimento e apego ao lugar.

Sobre quem não mora, mas frequenta a região, a maioria dos entrevistados não está visitando o local pela primeira vez. Aqueles que estão, somam apenas 15%, demonstrando o potencial turístico da região.

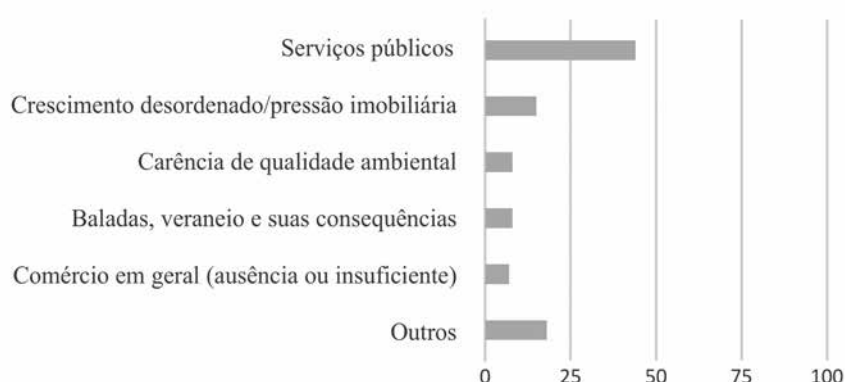
Mesmo em proporções desiguais, houve presença de participantes de segmentos sociais variados. Para Fernandes et al. (2016) uma das dificuldades na proteção dos ambientes naturais é a diferença nas percepções dos valores entre os indivíduos de culturas distintas ou de grupos socioeconômicos diversos que desempenham funções variadas, no plano social, destes ambientes. Contudo, isto não pode ser negligenciado, pois de modo algum uma população será homogênea (TUAN, 1980). Inevitavelmente, apresentará uma grande variedade de interesses, muitas vezes contraditórios, os quais terão como referência gênero, faixas etárias e grupos de identidade ou afinidade. Esta diversidade está inserida na cultura, mesmo quando todos partilham o mesmo contexto socioeconômico e ambiental (DI CIOMMO, 2007).

3.2 Percepção dos problemas da região

Quando aos problemas da região apontados pelos entrevistados, cada um apontou até três, em ordem de relevância. Entretanto, nem todos identificaram mais de um ou dois problemas. Com exceção dos turistas, embora uma minoria de entrevistados, alguns não identificaram nenhum problema. Assim, foi possível criar diferentes categorias de respostas (Figura 1).

Figura 1
Problemas apontados pelos entrevistados - Itajaí, SC.

Figura 1: Problemas apontados pelos entrevistados - Itajaí, SC.



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Os problemas relacionados aos Serviços públicos (44%) foram os mais apontados. Incluem, segurança pública, saneamento básico, mobilidade urbana e problemas relacionados à iluminação pública, à saúde, à educação e à manutenção da infraestrutura pública, por exemplo.

Cabe ressaltar que os apontamentos para a segurança pública foram a maioria, apontados por moradores da Praia Brava, principalmente e frequentadores do bairro. O saneamento básico, que consiste na realização de ações preventivas e/ou remediativas para fins de saúde e bem-estar da população também foi mencionado. Todos os quatro serviços foram mencionados: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, gerenciamento de resíduos sólidos e drenagem pluvial. O esgotamento sanitário e a drenagem pluvial se destacaram.

Com 15% dos apontamentos o “Crescimento desordenado/pressão imobiliária” foi o segundo problema mais apontado. Alguns entrevistados relataram que não há controle no crescimento urbano. Não há visão a longo prazo para estas regiões, nem para o município de forma geral, segundo mencionaram alguns dos entrevistados.

Já, os apontamentos para a “Carência de qualidade ambiental” foram apontados por 8% dos entrevistados. Foram considerados o desmatamento, a poluição da lagoa, dos rios e do mar por conta do esgoto, a perda da biodiversidade, das belezas cênicas e poluição do meio ambiente de forma geral.

“Baladas, veraneio e suas consequências” também foi entendido como um problema por 8% dos entrevistados. O veraneio na região está relacionado ao turismo, sendo que Hoeffel et al. (2008) demonstra, na percepção dos seus entrevistados, que o desenvolvimento turístico possui um aspecto positivo, por gerar emprego e renda, além de dinamizar a cidade. Entretanto, estes benefícios econômicos como utilidade social não podem prevalecer se não estimularem relações harmônicas entre o ser humano e o meio natural (TUAN, 1980). Por isso, o planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando, assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir (Ruschyann, 2010).

O “Comércio em geral (ausência/insuficiente)” teve 7% dos apontamentos e as justificativas são que os serviços oferecidos ainda são poucos e caros, especialmente na Praia Brava e em Caçudas.

Com 18%, “Outros” que representam cachorros abandonados na praia, cachorros na praia, bairros elitizados, descaso da Prefeitura com os bairros são alguns exemplos. No caso dos bairros elitizados, os entrevistados referem-se aos preços dos serviços oferecidos, que por serem muito caros, excluem algumas classes sociais, considerado um problema para eles.

Ao analisar o conjunto de problemas, é possível observar que muitos deles estão diretamente ligados a administração pública em suas diferentes esferas (estado e município, principalmente). Já a verticalização/pressão imobiliária e o comércio em geral, mais ligados aos serviços privados são, entretanto, regulamentados pela administração pública.

3.3 Percepção sobre as Unidades de Conservação

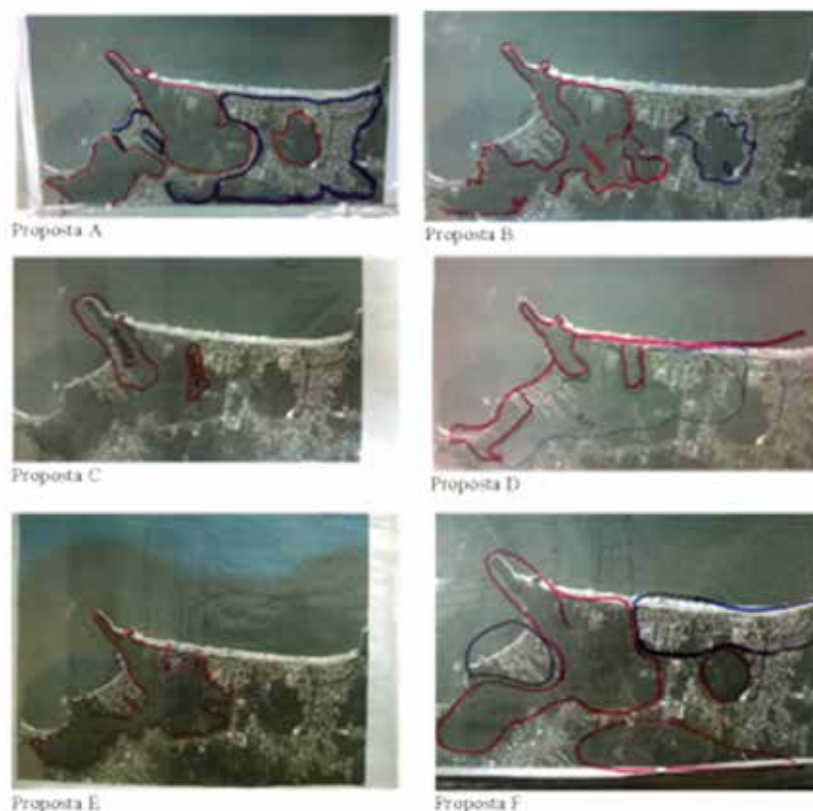
Com intuito de verificar a percepção dos entrevistados a respeito das UCs, os mesmos responderam às seguintes questões: se sabiam o que era uma APA e um Parque; sugeriram sua proposta para limites destas duas UCs e opinaram sobre a proposta já desenvolvida. Por fim, falaram dos benefícios com a criação das duas UCs.

Os entrevistados que não tinham conhecimento do que é uma APA e um Parque tiveram os dois conceitos esclarecidos pelos entrevistadores. Dos 179 que responderam, 74% não sabiam o que é uma APA e 63% não sabiam o que é um Parque Natural, resultado este bastante expressivo em termos do desconhecimento sobre Unidades de Conservação. O conceito de Parque Natural pareceu mais familiar, talvez porque Itajaí tenha parques reconhecidos. Algumas pessoas, quando questionadas, mencionaram o Parque Natural do Atalaia (criado em 2007) e da Ressacada (criado em 1982, mas não regularizado).

Na sequência, os entrevistados desenharam suas sugestões de limites para as UCs sobre um plástico que revestia uma folha A4 com o mapa da região, utilizando canetas permanentes. A título de exemplo, a Figura 2 apresenta a proposta de seis entrevistados, sendo as cores vermelha e azul as diferenciadoras do que o entrevistado sugeriu como Parque e APA, respectivamente.

Figura 2:

Exemplo de proposta dos entrevistados para os limites das UCs na orla de Itajaí, SC.



Fonte: Elaborada pelas autoras.

As “Áreas com remanescentes florestais” foram sugeridas como Parque por 45% dos entrevistados e como APA por 18% destes. A maior parte das propostas foi fragmentada (Figura 2). Nesta fragmentação (Propostas C e D), por exemplo, o Canto do Morcego, denominação para a área norte da Praia Brava, foi o local que os entrevistados demonstraram maior interesse em preservar. Nas propostas A, B, E e F o Canto do Morcego também foi incluído. Notadamente, este local é o palco de conflitos de grupos que reivindicam a proteção desta área, em detrimento do uso pelos setores imobiliário, político e empresarial (LUNA, 2014). Portanto, o interesse demonstrado nesta pesquisa é reflexo da mobilização social em torno da preservação do Canto do Morcego.

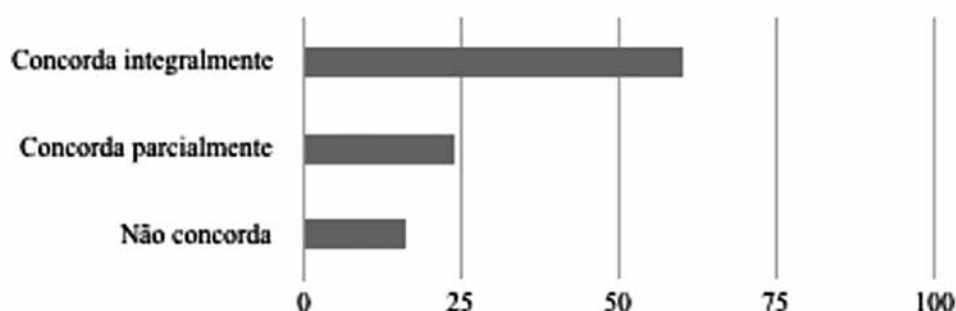
De forma geral, as áreas ainda contendo remanescentes florestais estiveram como principais olhares dos entrevistados. A categoria Parque garante a preservação desses remanescentes, se associado a uma boa gestão, enquanto a categoria APA pode conciliar o uso com a conservação, não dando a mesma garantia de proteção.

Um estudo apresentado por Marenzi (1996) sobre preferências paisagísticas demonstra que imagens que apresentam considerável estado de conservação, prevalecendo características naturais, são preferidas pelos participantes. Explica-se, então, a escolha principal entrevistados dos atores por quererem preservar áreas com remanescentes florestais.

Os resultados sobre a percepção dos entrevistados em relação a proposta de delimitação das UCs podem ser observados na Figura 3.

Figura 3:

Opinião dos entrevistados sobre a proposta de limites para as UCs na orla de Itajaí, SC.



Fonte: Elaborada pelas autoras.

A maioria (60%) dos entrevistados que “Concordaram” com a proposta, justificam que é uma “boa proposta”, “viável e factível”, “interessante”, “ótima”, “não proporia algo melhor”. O motivo principal daqueles que não concordam com a proposta (16%) é porque a área de Parque é muito pequena. Por outro lado, surge um grupo minoritário de entrevistados contrários ao Parque, independente do seu tamanho, decorrente das restrições de usos, para o caso dos pescadores artesanais, e do direito de propriedade: “sou a favor do crescimento sustentável e direito de propriedade, prefiro APA e não Parque”, justificou um entrevistado. Gonçalves & Hoeffel (2012) demonstraram maior indicação em relação à categoria Parque Natural a necessidade de desapropriação da área e deslocamento da população local residente, processo este, gerador de conflitos, devido a sua lentidão e à dificuldade na definição de indenizações. Na área do presente estudo, a área proposta para Parque não carece de indenizações por não contemplar mais áreas privadas, apenas públicas. Também cabe ressaltar que o Parque não inclui área marinha, portanto, não conflitando com a pesca artesanal.

Quando questionados sobre os benefícios que a criação das duas UCs poderia gerar, a grande maioria dos entrevistados apontou a preservação da natureza; da mata atlântica; da fauna e flora; das espécies nativas; da biodiversidade; das áreas verdes; da praia, do mar, do

Ribeirão Cassino da Lagoa, a proteção dos remanescentes florestais e de seus respectivos ecossistemas e a conservação do meio ambiente. Há também certa compreensão de que a criação destas áreas irá contribuir e permitir um crescimento planejado e controlado/ordenado referente às construções e ao número de pavimentos para o caso da APA. Outros entrevistados entendem que a criação das duas UCs potencializa o turismo sustentável, de aventura, e o ecoturismo, assim como a regulação do clima e a qualidade do ar também serão importantes benefícios para a região. Opiniões parecidas surgiram para Bresolin et al. (2010), Gonçalves & Hoeffel (2012) e Bedin (2013).

A percepção quanto aos benefícios das UCs remete a uma concepção de natureza similar ao que Silva et al. (2005) encontraram, em que a natureza degradada ou em processo de destruição impele fonte de vida da humanidade. Makiuchi (2005) enfatiza a importância da construção de uma relação entre o Homem e Natureza de forma dissociada. Assim, aspectos de envolvimento social na gestão de recursos naturais ou de abordagem ecossistêmica da paisagem podem emergir como benefícios advindos de UCs.

Ademais, a partir dos benefícios indicados percebe-se uma inclinação maior aos objetivos oferecidos pela categoria Parque Natural do que pela APA, visto que parte dos entrevistados que se posicionaram contra a proposta dos limites da APA não acreditam que esta será eficiente, com vistas à pressão imobiliária que a região vive, embora esta categoria tenha como objetivo ordenar a ocupação. Só o Parque pode garantir que a área seja de fato protegida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas oferecidas para a gestão de Unidades de Conservação devem considerar fatores condizentes com a realidade física, biótica e sociocultural local, de acordo com sua categoria. Para este último, é necessário o estudo de percepção ambiental da comunidade envolvida no interior ou no entorno de UCs, além de efetiva participação destes nas tomadas de decisões por meio de entrevistas, por exemplo, processo que este trabalho analisou. Portanto, se acrescidos aos limites das UCs os remanescentes florestais, propostos pelo mapa mental, já houve, de forma participativa, um avanço no planejamento.

5. REFERÊNCIAS

BEDIN, F. A. *Ecologia da Paisagem como subsídio para a implementação do Parque Municipal da Ressacada – Itajaí, SC*, Dissertação – UNIVALI, 2013. Disponível em : <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Francieli%20Andrea%20Bedin.pdf>>. Acesso em: 5 de abril de 2017.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. *Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências*. Brasília: DOU de 02/09/1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 11 de abril de 2017.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. *Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências*. Brasília: DOU de 19/7/2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 11 de abril de 2017.

BRESOLIN, A. J.; Zakrzewski, S. B. B.; Marinho, J. R. *Percepção, Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação: um estudo no Parque Estadual de Espigão Alto – Barracão/RS – Brasil*. *Perspectiva*, 34, 103-114, 2010. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/128_141.pdf>. Acesso em : 28 de abril de 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017b. *Estimativa*

populacional. *População recenseada e estimada segundos os municípios – SC*. Brasília: IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/itajai/panorama>>. Acesso em: 23 maio 2018.

CABRAL, N. R. A. J.; SOUZA, M. P. *Área de Proteção Ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas*. São Carlos: RiMa, 2002.

DEWES, J. O. *Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos*. Monografia – FURG, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/93246/000915046.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 de abril de 2017.

DI CIOMMO, R. C. *Pescadoras e Pescadores: a questão da equidade de gênero em uma Reserva Extrativista Marinha*. *Ambiente & Sociedade*, 10, 151-163, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a10.pdf>>. Acesso em: 26 de abril de 2017.

FERNANDES, R. S.; SOUZA, V. J.; PELISSARI, V. B.; FERNANDES, S. T. *Uso da Percepção Ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental*. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/cea/2016/08/01/uso-da-percepcao-ambiental-como-instrumento-de-gestao-em-aplicacoes-ligadas-as-areas-educacional-social-e-ambiental/>>. Acesso em: 2 de maio de 2017.

GEERDINK, S.; NEIMAN, Z. *A educação ambiental pelo turismo*. In: Neiman, Z.; Rabinovici, A. *Turismo e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Manole, 2010.

GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In: Tassara, E. T. O.; Rabinovich, E. P.; Guedes, M. C. *Psicologia e ambiente*, 89-106. São Paulo: Educ., 2004.

GONÇALVES, N. M.; HOEFFEL, J. L. M. *Percepção ambiental sobre Unidades de Conservação: os conflitos em torno do Parque Estadual de Itapetinga – SP*. *Revista Vitas – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*, 3, 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistavitas>>. Acesso em: 28 de abril de 2017.

HOEFFEL, J. L.; Fadini, A. A. B.; Machado, M. K.; Reis, J. C. *Trajetórias do Jaguarú – Unidades de Conservação, Percepção ambiental e Turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo*. *Ambiente & Sociedade*, 10, 131-148, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/09.pdf>>. Acesso em: 27 de abril de 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contagem da População 2010*. População recenseada e estimada segundos os municípios – SC. Brasília: IBGE, 2010.

LIMA, D. M. A.; BOMFIM, Z. A. C. Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. *Psico*, 40, 491-497, 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistaspsico/article/view/4711>>. Acesso em: 26 de abril de 2017.

LUNA, G. A. G. *Não deixe o Canto do Morcego acabar: embates entre preservacionistas e investidores na Praia Brava – Itajaí (SC)*. *Fronteiras – Revista Catarinense de História*, 24, 115-134, 2014. Disponível em: <<http://www.anpuh-sc.org.br/rev%20front%2024%20overs%20fin/f24abertura-credit-parecer-sumario.pdf>>. Acesso em: 28 de abril de 2017.

MARENZI, R. C.; CUNHA, S. B. C.; Demessiano, K. Z.; Fendel, K. L.; Novak, L. P.; Araya, M. E. S. *Apoio à implantação de Unidades de Conservação na região centro-norte catarinense*. Revista

Extensão em Foco, 3, 89-97, 2009. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/24859>>. Acesso em 11 de abril de 2017.

Marenzi, R. C. *Estudo da valoração da paisagem e preferências paisagísticas no município da Penha – SC*. Dissertação – UFPR, 1996. Disponível em: <<http://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/29020>>. Acesso em: 26 de abril de 2017.

MARTINS, L; MARENZI, R. C.; LIMA, A. *Levantamento e representatividade das Unidades de Conservação instituídas no estado de Santa Catarina*. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, 33, 241-259, 2015. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/36900>>. Acesso em: 23 de março de 2017.

MAKIUCHI, M. F. R. Alteridade, p. 29-35. In: MMA – Ministério do Meio Ambiente. *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Gestão Participativa no SNUC. 2004. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao16122010100253.pdf>. Acesso em: 11 de abril de 2017.

PNUD; IPEA; Fundação João Pinheiro. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/itajai_sc>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

RICHTER, D. *Raciocínio geográfico e mapas mentais: a leitura espacial do cotidiano por alunos do Ensino Médio*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105074>>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

ROCHELEAU, D.; EDMUNDS, D. WOMEN, *Men and Trees: Gender, Power and Property in Forest and Agrarian Landscapes*. World Development, 25, 1351-1371, 1997. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X97000363>>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

RUSCHMANN, Doris. *Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente*. 16 ed. [S.l.]: Papirus Editora, 2010. 192 p.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. *Análise de Conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios*. RAC, 15, 731-747, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/aro15n4.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

SILVA, L. M. A.; GOMES, E. T. A.; SANTOS, M. F. S. *Diferentes olhares sobre a natureza – representação social como instrumento para educação ambiental*. Estudos de Psicologia, 10, 41-51, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v10n1/28007.pdf>>. Acesso em: 26 de maio de 2017.

TORRES, D. F.; OLIVEIRA, E. S. *Percepção Ambiental: instrumento para Educação Ambiental em Unidades De Conservação*. REMEA - Revis-

ta Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, 21, 2008. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3046>>. Acesso em: 12 de abril de 2017.

TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

VASCO, A. P. ZAKRZEWSKI, S. B. B. *O estado da arte nas pesquisas sobre Percepção Ambiental no Brasil*. *Perspectiva*, 34, 17-28, 2010. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/125_71.pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2017.